



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador
SCS Quadra 4 Bloco A – Edifício Principal 6º andar
70304-000 Brasília – DF Tel: (61) 3213-8389

ATA
31ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho
17 de novembro de 2014

Local: Ministério da Previdência Social – Esplanada dos Ministérios, bloco F – 9º Andar – Brasília/DF

Hora: 10h às 17h

Participantes:

Governo

- Carlos Augusto Vaz de Souza – MS
- Jorge Mesquita Huet Machado – MS
- Marco Antonio Gomes Pérez – MPS
- Rinaldo Marinho – MTE
- Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira – MTE

Empregadores

- Clovis Veloso de Queiroz Neto – CNI
- José Luiz Pedro De Barros – CNI
- Nicolino Eugênio Da Silva Júnior – CNC
- Eduardo Batista de Queiroz – CNA

Trabalhadores

- Armando Henrique – FS
- Luis Antonio Festino – NCST
- Walcir Prevital Bruno – CUT
- Plínio José Pavão de Carvalho – CUT

Secretariado

- Terezinha Reis de Souza Maciel – MS

Justificativa de ausência:

- Sonia Bombardi – Fundacentro/MTE

- 1 Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e quatorze teve início a 31ª Reunião da
- 2 Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho, sob a Coordenação do Sr. Carlos Augusto
- 3 Vaz de Souza, Representante do MS.
- 4 **ABERTURA:** O Sr. Carlos Augusto Vaz de Souza agradece o Ministério da Previdência Social
- 5 pelo espaço para a realização da referida reunião.
- 6 **APROVAÇÃO DA PAUTA DA 31ª R.O. CT-SST**
- 7 O Sr. Carlos coloca em aprovação a pauta da 31ª R.O. CT-SST. A pauta foi aprovada.
- 8 **APROVAÇÃO DAS ATAS DA 28ª e 29ª e 30ª R.O. CT-SST**
- 9 O Sr. Carlos coloca que está pendente a aprovação das três últimas atas. Na sequência foram feitas
- 10 as leituras com sugestões de correções sendo acatadas e aprovadas. Com referência a Ata da 30ª

R.O., o Sr. Carlos pede desculpa pelo envio aos membros com prazo curto para leitura anterior. A Secretaria da Comissão ficou responsável por ajustar as três atas e encaminhá-las para os componentes da Comissão.

REVISÃO / ATUALIZAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Sr. Carlos relembra a origem e composição do Grupo de Trabalho Plansat e todas as datas das reuniões realizadas para a revisão do Plano, ressaltando que até a terceira reunião foi repassado todo o Plano tendo sido trabalhados os dissensos na reunião realizada no dia 17 de outubro de 2014, e que ainda encontra-se com pendências, colocando como proposta fazer a leitura de todo o Plano, para avaliar as pendências. O Sr. Clovis Veloso coloca a importância do registro em ata das aprovações por parte de cada bancada. Na sequência o Sr. Carlos inicia a leitura do Objetivo 1, foi elaborada nova Estratégia 1.1: Definir princípios comuns de SST para todos os trabalhadores formais ou informais, estatutários e autônomos. Estratégia 1.2 (1.1 original revisada): Elaboração e Aprovação de Dispositivos Legais, com base nos Princípios Comuns definidos. A Ação 1.1.1 original foi desmembrada em duas: Ação 1.1.1, Realizar oficina tripartite para definição dos princípios comuns de SST a partir dos princípios da PNSST, e Ação 1.2.1, Fazer levantamento das diversas situações existentes e quais os mecanismos disponíveis/possíveis para cada uma delas, visando à elaboração/revisão de dispositivos legais. A Estratégia 1.3 (equivale a 1.2 original e não teve alteração da redação), Elaboração e Aprovação de Dispositivos Legais em SST para os Trabalhadores do Serviço Público, nas Três Esferas de Governo, ficou somente com uma proposta de Ação 1.3.1, Acompanhar o desenvolvimento do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor e a ampliação do modelo para os três Poderes nas três esferas de Governo, que ficou pendente de aprovação. A Ação 1.2.2 original, Promover a discussão com estados e municípios para o desenvolvimento de sistemas de atenção à saúde do servidor público, teve proposta de exclusão. Estratégia 1.4 (equivale a 1.3 original e manteve a redação): Promoção do Trabalho Decente. Ação 1.3.1 original, Colaborar com o processo de construção das Conferências Nacionais de Emprego e Trabalho Decente, enfatizando as questões de SST, teve proposta de alteração da redação e desmembramento em duas: Ação 1.4.1, Buscar harmonização entre o PLANSAT e o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, e Ação 1.4.2, Acompanhar a Agenda Nacional do Trabalho Decente. A Ação 1.3.2, Fazer o seguimento das deliberações relacionadas à SST das Conferências Nacionais de Emprego e Trabalho Decente, teve proposta de exclusão. A Ação 1.3.3,

42 Estabelecer processo permanente de negociação entre trabalhadores e empregadores visando à
43 ampliação do trabalho decente com foco em SST, teve proposta de alteração para Ação 1.4.3,
44 Apoiar e estimular o processo permanente de negociação entre trabalhadores e empregadores
45 visando à ampliação do trabalho decente com foco em SST com base no princípio do diálogo social.
46 A Ação 1.3.4, No âmbito do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente pautar a discussão da
47 inserção de pessoa com deficiência e reabilitada no mercado de trabalho, teve proposta de exclusão
48 por ter sido incluída como ação na Estratégia 3.1. A Estratégia 1.5 corresponde à revisão da 1.4
49 original, passando a ser: Efetivação do Controle Social, com a participação de representantes dos
50 Trabalhadores e dos Empregadores. A Ação 1.4.1 original, Fortalecimento da participação de
51 representantes de trabalhadores e empregadores nas instâncias de controle social em Conferências,
52 Conselhos, Comissões, Grupos de Trabalho etc (Nacionais, Estaduais e Municipais), teve proposta
53 de alteração da redação e desmembramento em duas: Ação 1.5.1, Diagnóstico da efetividade dos
54 fóruns de controle social nas três esferas de governo, e Ação 1.5.2, Elaboração de propostas para a
55 resolução dos problemas diagnosticados. Estratégia 1.6 (equivale a 1.5 original sem mudança de
56 redação): Promoção da SST nas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Empreendimentos
57 de Economia Solidária. A Ação 1.6.1 corresponde a proposta de alteração da Ação 1.5.1 original
58 para Desenvolvimento de atividades articuladas com BNDES, Sebrae, entidades representativas de
59 trabalhadores e empregadores, das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e dos
60 empreendimentos de economia solidária para desenvolvimento de ações para promoção de SST. As
61 Ações originais 1.5.2, Desenvolvimento de programas voltados para as MPE específicos para cada
62 setor econômico, e 1.5.3, Desenvolvimento de programas voltados para os empreendimentos de
63 economia solidária para cada setor econômico, tiveram proposta de exclusão. Estratégia 2.1
64 (original): Promoção de Estudos da Legislação Trabalhista, Sanitária, Previdenciária e Outras que
65 se Relacionem com SST, e Proposição da sua Harmonização e Aperfeiçoamento. A Ação 2.1.1 teve
66 proposta de alteração para Constituição de grupo de trabalho tripartite para estudar a legislação e
67 elaborar proposta de harmonização, tendo sido indicada como prioritária. A Ação 2.1.2, Criação de
68 uma página oficial na rede mundial com a compilação articulada e integrada de toda a legislação
69 nacional, não teve proposta de alteração. A Estratégia 2.2 teve a redação original revisada para
70 Fortalecer e Ampliar Mecanismos Interministeriais de Regulamentação em SST. A Ação 2.2.1,
71 Discussão, em regime tripartite, do modelo atual de regulamentação em SST visando o
72 fortalecimento e a ampliação dos mecanismos interministeriais, não teve proposta de alteração. Foi

73 proposta uma nova Estratégia 2.3, Incentivar os estados e municípios, no âmbito de suas
74 competências, a harmonizarem suas legislações, em consonância com a referida na estratégia 2.1,
75 bem como criada uma nova ação 2.3.1, Promover diálogo com o Poder Executivo estadual e
76 municipal na medida do andamento da estratégia 2.1. A Estratégia 2.4 (2.3 original revisada) teve a
77 seguinte redação proposta: Harmonização da legislação nacional com os Acordos, Convenções e
78 Recomendações Internacionais Subscritos pelo Brasil, nos Assuntos Relacionados à SST. A ação
79 2.4.1 (2.3.1 original revisada) teve a seguinte proposta: Revisão dos instrumentos
80 infraconstitucionais em observância aos Acordos, Convenções e Recomendações Internacionais
81 pelo Brasil, nos Assuntos Relacionados à SST. Foi proposta a criação da Estratégia 2.5, com a
82 seguinte redação: Compromisso entre as instituições representadas na CTSST de garantir a
83 legislação harmonizada. Uma redação alternativa para essa ação é: Compromisso entre as
84 instituições representadas na CTSST de defender a legislação harmonizada. Esse foi dos pontos que
85 ficou pendente para discussão posterior. Em relação ao Objetivo 3, a Estratégia 3.1 permaneceu
86 com a redação original, Articular as Ações Governamentais de Promoção, Proteção, Prevenção,
87 Assistência, Reabilitação e Reparação da Saúde do Trabalhador. A Ação 3.1.1 teve proposta de
88 alteração para Elaboração e revisão, de forma tripartite, das Normas Regulamentadoras de
89 Segurança e Saúde no Trabalho. A Ação 3.1.2 teve proposta de alteração para Realizar reunião de
90 trabalho da CTSST para formulação de diretrizes e normas que articulem ações intersetoriais de
91 fiscalização com base nas informações de acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho. A
92 Ação 3.1.3. original foi desdobrada em duas: Ação 3.1.3, Realização de estudos, incluindo, entre
93 outros, dados epidemiológicos, para a revisão periódica da listagem de doenças relacionadas ao
94 trabalho, e Ação 3.1.4, Revisão dos limites para agentes ambientais nos locais de trabalho. A Ação
95 3.1.4 original, Fortalecimento das comissões setoriais e intersetoriais relacionadas à SST em todos
96 os níveis, passou a ser a Ação 3.1.5. A antiga Ação 3.1.5, Planejamento e desenvolvimento de ações
97 integradas interinstitucionais nas esferas federal, estadual e municipal, teve proposta de alteração
98 para Ação 3.1.6, Fomentar a integração de ações interinstitucionais nos estados e municípios. A
99 Ação 3.1.6 original, Articulação entre a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e
100 a Vigilância em Saúde do Trabalhador, com pilotos de atuação a partir das regiões/locais de maior
101 sinistralidade, teve proposta de alteração para Ação 3.1.7, Criação de projeto piloto que articule a
102 fiscalização do MTE, da Secretaria da Receita Federal e das Secretarias de Saúde, no tocante à
103 saúde do trabalhador, no limite das suas competências, em região/local de alto índice de

sinistralidade. A Ação 3.1.7 original, Realização de análises sistemáticas dos acidentes de trabalho, priorizando os graves e fatais, com participação dos atores sociais, teve proposta de alteração para Ação 3.1.8, Realização de análises dos acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho, priorizando os graves e fatais, fortalecendo a participação de representantes de governo, no limite das suas competências, trabalhadores e empregadores. A proposta de alteração da Ação 3.1.8 original, Fiscalização, controle e promoção da qualificação dos serviços de SST nas instituições e empresas públicas e privadas, para Ação 3.1.9, Fiscalização, controle e promoção da qualificação dos serviços de SST de forma articulada entre o MTE e as Secretarias de Saúde, no limite das suas competências, nas entidades públicas e privadas, ficou pendente para discussão posterior. A proposta de alteração da Ação 3.1.9 original, Aperfeiçoamento dos nexos técnicos previdenciários, para Ação 3.1.10, Realização de debate para revisão (ou aprimoramento) do reconhecimento da natureza acidentária dos agravos à saúde do trabalhador, em especial do NTEP e da IN INSS/PRES 31/2008, também ficou pendente para discussão posterior. A alteração da Ação original 3.1.10, Articulação do MPS com o MTE e com o MS para fundamentação das ações regressivas, para Ação 3.1.11, Articulação do MPS com o MTE e com o MS para fundamentação das ações regressivas, com debate na CTSST, igualmente ficou pendente para discussão posterior. A alteração da Ação original 3.1.11, Cooperação intersetorial e interinstitucional na análise de impactos à SST na fase de licenciamento de instalação e funcionamento de novos empreendimentos, para Ação 3.1.12, Cooperação intersetorial e interinstitucional para discutir a possibilidade de incorporação da análise de impactos à SST na fase de licenciamento de instalação e funcionamento de novos empreendimentos, considerando o saber do trabalhador, também não teve consenso. A proposta de alteração da Ação original 3.1.12, Fortalecimento das políticas de reabilitação física e psicossocial articuladas com as ações de prevenção, para Ação 3.1.13, Fortalecimento das políticas de reabilitação física, psicossocial e profissional articuladas com as ações de prevenção, também ficou pendente. A Ação 3.1.13 original, Estabelecimento de fundo para reabilitação profissional, teve proposta de alteração para Ação 3.1.14, Realizar estudos de fontes de custeio, considerando as já existentes, para a reabilitação integral. Foram propostas as novas Ações 3.1.15, Pautar na CTSST a discussão da inserção de pessoa com deficiência no mercado de trabalho, 3.1.16, pautar na CTSST a discussão da reinserção de pessoa reabilitada no mercado de trabalho, e 3.1.17, Pautar na CTSST a discussão do conceito de pessoa com deficiência para efeito da inserção no mercado de trabalho.

Estratégia 4.1: Promoção de Estudos para Aperfeiçoamento da Legislação Relacionada à SST para

135 as Atividades Laborais Submetidas a Alto Risco. A Ação 4.1.1, Estabelecer pauta de prioridades de
136 estudos para as atividades laborais de alto risco, teve proposta de alteração para Identificar a partir
137 de dados epidemiológicos as ocupações e setores econômicos com maiores índices de acidentes e
138 adoecimentos fatais e incapacitantes. A Ação 4.1.2, Estabelecer discussão sobre que medidas
139 deverão ser implantadas nas atividades laborais de alto risco priorizadas, teve proposta de alteração
140 para Definir medidas efetivas para promoção da saúde e prevenção de riscos para as ocupações e
141 setores econômicos com maiores índices de acidentes e adoecimentos fatais e incapacitantes. A
142 Estratégia 4.2 teve proposta de alteração para Atuar intersetorialmente, com a participação de
143 trabalhadores e empregadores em setores econômicos e ocupações definidos como prioritários. A
144 Ação 4.2.1, Definir setores econômicos, locais e metodologia para a implementação de experiências
145 piloto, teve proposta de alteração para Implementar experiências piloto com foco na promoção de
146 saúde e prevenção de riscos. A Estratégia 4.3, Proposição de Linhas de Financiamento/Crédito e
147 Outras Políticas de Benefícios, com Controle Social, para a Melhoria das Condições, Processos e
148 ambientes de Trabalho, Ação 4.3.1, Estabelecer processo de discussão com BNDES e outras
149 instituições de fomento, Ação 4.3.2, Criação de linhas de financiamento/crédito para a retirada e
150 inutilização de máquinas e equipamentos que não atendam as normas de segurança, e Ação 4.3.3,
151 Criação de linhas de financiamento/crédito para o desenvolvimento de tecnologias seguras, tiveram
152 proposta de exclusão total da estratégias e ações, tendo em vista já estarem contempladas na
153 Estratégia 6.3 e respectivas ações. Estratégia 4.3 (4.4 original): Criação e Aperfeiçoamento, pelos
154 Ministérios da Saúde, Trabalho e Emprego, e Previdência Social, em Conjunto, de Listas de Fatores
155 de Risco e Agentes Nocivos Responsáveis por Elevada Incidência e/ou Prevalência de Agravos à
156 Saúde Relacionados ao Trabalho. A Ação 4.4.1 original, Estabelecimento e divulgação de listagem
157 nacional de substâncias carcinogênicas, passa a ser Ação 4.3.1. A Ação 4.4.2 original, Definição de
158 outros fatores de risco e agentes nocivos a serem listados, teve proposta de alteração para Ação
159 4.3.2, Definição de fatores de risco e agentes nocivos a serem listados para as ocupações e setores
160 econômicos com maiores índices de acidentes e adoecimentos fatais e incapacitantes. Estratégia 4.4
161 (4.5 original): Promover a Adequação das Máquinas e Equipamentos à Regulamentação Nacional
162 de SST. A Ação 4.5.1 original, Fiscalização da adequação de máquinas e equipamentos importados
163 à regulamentação nacional de SST, na entrada no país, em articulação com MDIC e Receita Federal
164 do Brasil, teve proposta de alteração para Ação 4.4.1, Fiscalização da conformidade de máquinas e
165 equipamentos importados à regulamentação nacional de SST, na entrada no país, em articulação

166 com MDIC e Receita Federal do Brasil. Ação 4.5.2 original, Fiscalização da adequação de
167 máquinas e equipamentos à regulamentação nacional de SST nos ambientes de trabalho, passou a
168 ser Ação 4.4.2. Foi proposta o acréscimo da Ação 4.4.3, Estabelecer mecanismos para certificação
169 da adequação de máquinas e equipamentos às regulamentações de SST. Quanto ao Objetivo 5, não
170 houve proposta de alteração da Estratégia 5.1, Compatibilização e Aperfeiçoamento dos Atuais e
171 Novos Instrumentos de Coleta de Dados e Fluxos de Informações a serem Partilhados pelos Órgãos
172 de Governo. A Ação 5.1.1, Padronização dos critérios quanto à caracterização de riscos e agravos
173 relacionados aos processos de trabalho, teve proposta de alteração para Estabelecer acordos de
174 cooperação entre órgãos governamentais para propiciar o acesso aos diversos bancos de dados. Não
175 houve proposta de alteração para a Ação 5.1.2, Definição de ferramentas de integração digital de
176 informações em SST. A Estratégia 5.2 teve proposta de revisão da redação para Acesso da
177 Sociedade às Informações em SST. A Ação 5.2.1, Estabelecer critérios para diferenciados níveis de
178 acesso às informações, teve proposta de alteração para Disponibilizar o acesso à sociedade às
179 informações de SST de todas as esferas de governo, nos termos da Lei 12527/11. Em relação ao
180 Objetivo 6, não houve proposta de alteração da Estratégia 6.1, Aperfeiçoamento dos Regulamentos,
181 Instrumentos e Estruturas Relacionadas à Gestão de SST, e das Ações 6.1.1, Formulação de NR de
182 gestão em SST, e 6.1.2, Criação de comissão nacional tripartite temática para acompanhamento e
183 aperfeiçoamento da NR de gestão em SST do MTE. As Ações 6.1.3, Articulação com ABNT para
184 adequação da NBR 18.801 à NR de gestão em SST do MTE, 6.1.4, Pautar discussão com o
185 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pelo desenvolvimento do Sistema
186 Integrado de Atenção à Saúde do Servidor nas três esferas de Governo, e 6.1.5, Promover a
187 discussão com estados e municípios para o desenvolvimento de sistemas de gestão de SST no setor
188 público, tiveram proposta de exclusão, as duas últimas por já estarem contempladas no Plano. A
189 Ação 6.1.6 original, Articulação com instituições internacionais e nacionais para apoio técnico ao a
190 de aperfeiçoamento dos regulamentos, instrumentos e estruturas relacionadas à gestão de SST,
191 passa a ser Ação 6.1.3. A Estratégia 6.2, Aperfeiçoamento e Estudo sobre Indicadores Relacionados
192 à Gestão de SST, não teve proposta de alteração. A Ação 6.2.1, Considerar a definição de
193 indicadores no processo de formulação da NR de gestão em SST do MTE, teve proposta de
194 alteração para Fazer a discussão sobre indicadores no processo de formulação da NR de gestão em
195 SST do MTE. Foi proposto o acréscimo da Ação 6.2.2, Pautar na CTSST a discussão sobre
196 Indicadores Relacionados à Gestão de SST. A Ação 6.2.2 original, Construção de banco de dados

relativo aos indicadores de gestão em SST a ser incorporado à rede integrada de informações em SST, teve proposta de alteração para Ação 6.2.3, A partir da definição dos indicadores de gestão em SST, discutir a construção de banco de dados, a ser incorporado à rede integrada de informações em SST. A Estratégia 6.3, Estabelecimento de Incentivos para os Investimentos em Promoção, Proteção e Prevenção, com Controle Social, não teve proposta de alteração. A Ação 6.3.1, Acompanhamento do aperfeiçoamento do Fator Acidentário de Prevenção – FAP, teve proposta de alteração para Propor adequações do Fator Acidentário de Prevenção – FAP. A Ação 6.3.2, Constituição de grupo de trabalho tripartite para propor outros incentivos, inclusive para o setor público, teve proposta de alteração para Criação de grupo de trabalho tripartite para discutir propostas de estímulo a investimentos em prevenção para os setores público e privado. A Ação 6.3.3, Estabelecer processo de discussão com BNDES e outras instituições de fomento, ficou pendente para definição posterior. A proposta de alteração da Ação 6.3.4, Criação de incentivos e linhas de crédito para a retirada e inutilização de máquinas e equipamentos que não atendam as normas de segurança, para Ação 6.3.4, Criação de incentivos e linhas de crédito para a retirada e inutilização de máquinas e equipamentos que não atendam as normas de segurança, também ficou pendente. A proposta de alteração da Ação 6.3.5, Criação de incentivos para a inovação e o desenvolvimento de tecnologias seguras, para Criação de incentivos e linhas de crédito para o desenvolvimento de tecnologias seguras, igualmente ficou pendente. Quanto ao Objetivo 7, a proposta de alteração da Estratégia 7.1, de Inclusão de Conhecimentos Básicos em Prevenção de Acidentes e SST no Currículo do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada para Inclusão de Conteúdos Relativos à Realidade do Mundo do Trabalho e às Implicações da Relação Saúde X Trabalho no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada, ficou pendente. A Ação 7.1.1, Articulação com o Ministério da Educação para regulamentar e viabilizar a inclusão, teve proposta de alteração para Articulação com o Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação - CNE para regulamentar e viabilizar a inclusão. A Ação 7.1.2, Constituição de grupo de trabalho tripartite para definição dos conhecimentos básicos em prevenção de acidentes e SST a serem incluídos, ficou pendente em virtude da pendência da Estratégia. A Ação 7.1.3, Cooperação técnica para capacitação dos professores do ensino fundamental e médio da rede pública e privada, não teve proposta de alteração. A Estratégia 7.2 teve proposta de alteração similar à da Estratégia 7.1, ficando também pendente. A Ação 7.2.1 teve proposta de alteração similar à da Estratégia 7.1.1. A Ação 7.2.2, da mesma forma que a Ação 7.1.2, ficou pendente em virtude da pendência da Estratégia. As Ações

228 7.2.3, Cooperação técnica para capacitação dos professores do ensino técnico, profissionalizante e
229 superior da rede pública e privada, e Ação 7.2.4, Cooperação técnica para capacitação em SST para
230 os pequenos empreendedores, não tiveram proposta de alteração. A Estratégia 7.3, Revisão de
231 Referências Curriculares para a Formação de Profissionais em SST, de Nível Técnico, Superior e
232 Pós Graduação, não teve proposta de alteração. A Ação 7.3.1, Articulação com o Ministério da
233 Educação, com o MCT, por meio da CAPES e CNPq, e outras instituições no âmbito federal,
234 estadual e municipal, teve proposta de alteração para Articulação com o Ministério da Educação,
235 Conselho Nacional de Educação - CNE e MCTI, por meio da CAPES e CNPq, e outras instituições
236 no âmbito federal, estadual e municipal. As Ações 7.3.2, Constituição de grupo de trabalho tripartite
237 para revisão de referências curriculares em SST, e 7.3.3, Aprimoramento dos conceitos mínimos de
238 SST nos cursos de qualificação dos Planos Nacionais (PNQ/ PRONATEC / UNA-SUS e outros),
239 não tiveram proposta de alteração. A Estratégia 7.4, Capacitação em SST para os Representantes de
240 Trabalhadores e Empregadores, bem como para os Profissionais que Atuam na Área, e a Ação
241 7.4.1, Levantamento de iniciativas de capacitação em SST existentes, não tiveram proposta de
242 alteração. A Ação 7.4.2, Articulação com instituições de ensino, nacionais e internacionais, público
243 e privado e sistema S para a realização de capacitações para trabalhadores e empregadores, teve
244 proposta de alteração para Articulação com instituições de ensino nacionais e internacionais,
245 públicas e privadas, Sistema “S”, DIEESE e DIESAT para a realização de capacitações para
246 trabalhadores e empregadores. Quanto ao Objetivo 8, não houveram propostas de alterações para a
247 Estratégia 8.1, Realização e Apoio ao Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Pertinentes a SST
248 Atendendo Prioridades Nacionais e Regionais, Ação 8.1.1, Definir, na CTSST, as prioridades
249 nacionais de estudos e pesquisas em SST, Ação 8.1.2, Articular com instituições públicas e privadas
250 o financiamento dos estudos e pesquisas em SST, Ação 8.1.3, Construção articulada e
251 disponibilização on-line de diagnósticos e análises da infraestrutura e recursos do sistema nacional
252 da SST, bem como da situação dos acidentes e doenças do trabalho, na forma de perfis nacionais a
253 serem continuamente atualizados e aprimorados, Ação 8.1.4, Estabelecimento de fundo para
254 estudos e pesquisas em SST, Estratégia 8.2, Estabelecimento de Parcerias e Intercâmbios com
255 Organismos e Instituições Técnicas e Universidades, Nacionais e Internacionais, para a Realização
256 de Estudos e Pesquisas em SST, Ação 8.2.1, Articulação com organismos e instituições de pesquisa
257 e universidades para a execução de estudos e pesquisas em SST, integrando uma rede de
258 colaboradores para o desenvolvimento técnico-científico e inovação na área, Estratégia 8.3, Busca

de Recursos nas Instituições Financiadoras de Pesquisa para Apoiar Estudos e Pesquisas em SST, Ação 8.3.1, Articulação com MCTI, por meio da CAPES, CNPq e FINEP, para a destinação de recursos para estudos e pesquisas em SST, mantida a redação, Ação 8.3.2: Articulação com MCTI para a destinação de um percentual de bolsas do “Programa Ciência sem Fronteiras” para estudos e pesquisas em SST, Estratégia 8.4, Promoção de Estudos e Pesquisas para Conhecer o Perfil Epidemiológico e os Riscos à SST no Trabalho Informal, e Ação 8.4.1, Articulação com organismos e instituições de pesquisa e universidades para a execução de estudos e pesquisas. O Sr. Carlos após a leitura de todas as propostas abre para discussão. Foi definido que a aprovação se dará na próxima reunião da Comissão. O Sr. Jorge Machado coloca que seria importante a conclusão do plano até o dia 28 de abril de 2015. O Sr. Rinaldo Marinho coloca o grande esforço deste grupo para a conclusão deste plano. O Sr. Nicolino ressalta o desafio de definições de prazos e responsáveis. O Sr. Marco Perez coloca a importância de avançar a discussão para que possa ser garantida a saúde de todos como dever do Estado e sugere como encaminhamento para a Comissão a produção do relatório de gestão da CTSST. O Sr. Carlos faz, diante das situações expostas, a proposição de nova reunião do GT Plansat, para propiciar a conclusão da revisão do Plano. O Sr. Plínio Pavão coloca que a função do GT deverá ser apresentar a proposta filtrada para a CTSST. Sr. Clovis coloca a importância de estabelecer um prazo antes da próxima reunião do GT para que todas as bancadas apresentem as suas considerações ao Plano.

INFORMES

Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos (LINACH) - O Sr. Carlos fez o informe sobre a publicação da lista nacional de agentes cancerígenos para humanos, que é uma Ação do Plansat (ação 4.4.1), tendo sido um trabalho em conjunto dos três Ministérios, que resultou na Portaria Interministerial MTE/MPS/MS nº 9, de 07/10/2014.

Relatório da Oficina sobre inserção de conteúdos de SST no currículo básico - O Sr. Carlos coloca que a Srª Sônia Bombardi encaminhou para a Coordenação a programação, as apresentações e o relatório preliminar da oficina. Ressalta ainda que a primeira versão do relatório da oficina foi enviada no dia 24/10/14 para os participantes fazerem suas contribuições, no prazo de uma semana. Como não houve contribuições o Sr. Carlos sugeriu para Srª Sônia novo prazo até 13/11/14 para aguardar as contribuições. O Sr. Plínio coloca que o relatório está sendo finalizado em conjunto com a Srª Sonia. O Sr. Carlos coloca que está aguardando o relatório final da Oficina para repassar a todos da Comissão.

290 **ENCAMINHAMENTOS:** O Sr. Carlos encaminhará ainda hoje (17/11/14) a versão atual do
291 Plansat. Foi definido que até o dia 06/02/15 as bancadas deverão encaminhar à coordenação as
292 contribuições para a revisão do Plano. A reunião do GT Plansat foi agendada para o dia 19/03 em
293 Brasília/DF, para discussão das pendências, alterações, prazos e responsáveis. A Reunião da CTSST
294 foi agendada para o dia 02/04/15, em Brasília/DF, em local a ser confirmado posteriormente.
295 Foi definido o calendário das reuniões da CTSST em 2015: 02/04, 18/06, 17/09 e 26/11.
296 O Sr. Carlos coloca ainda que a impressão da versão revisada do Plansat será executada pelo
297 Ministério da Saúde. O Sr. Clovis ressalta a importância de um formato que seja prático para
298 manuseio, e ainda sugere a data de 27 de julho para o lançamento da versão revisada do Plano.
299 Quanto à passagem da Coordenação da CTSST para o Ministério da Previdência Social, foi
300 definido que será feita em 18/06/15.
301 O Ministério da Saúde elaborará o relatório de gestão da CTSST, destacando agendas, atas e as
302 principais ações do Plano que foram realizadas.
303 **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nenhuma manifestação, o Sr. Carlos Augusto agradece a
304 presença de todos e encerra a reunião.